



PREVIJUÍ - Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Ijuí

Rua 14 de Julho, 231 – Sala 01, Ijuí – RS
CNPJ: 04.778.819/0001-35

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2021

APRESENTAÇÃO

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Ijuí – PREVIJUI criado pela Lei Municipal nº 3.862 de 17 de outubro de 2001 e reestruturado pela Lei 5.436 de 05 de maio de 2011 é uma entidade fundacional com personalidade jurídica de direito público, integrante a administração indireta do Município de Ijuí com autonomia administrativa e financeira, ao qual compete a administração, o gerenciamento e a operacionalização do RPPS, incluindo a arrecadação e gestão de recursos e fundos previdenciários, homologação dos benefícios de aposentadoria e pensão, o pagamento e a manutenção dos benefícios de aposentadoria e pensão, observando os critérios nesta Lei, de forma a garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, em conformidade com as avaliações atuariais realizadas em cada exercício financeiro.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas conforme os princípios da contabilidade, Lei 4.320/1964 em consonância com os padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Anexo 12 da Lei nº 4.320/64 - Balanço Orçamentário

No exercício de 2021 se mantendo a previsão inicial do orçamento de R\$ 78.000.000,00 sendo necessários alguns ajuste de suplementação e redução mas sem alteração no valor total. A receita arrecadada e a despesa empenhada ficaram abaixo da prevista, resultando em um *Superávit* orçamentário no valor de R\$ 14.102.930,83 para o exercício.

A receita arrecada ficou abaixo da estimada principalmente em razão da reação negativa do mercado financeiro em relação as aplicações de recursos do RPPS devido a, entre outros motivos, pandemia da Covid-19.

Do total da receita arrecadada de R\$ 62.741.935,42, R\$ 43.136.905,52 representam a Receita Intraorçamentária, ou seja, valor repassado internamente dos demais órgãos para o

Regime Próprio de Previdência sendo as contribuições patronal normal e suplementar (amortização do passivo atuarial).

Dos empenhos emitidos em 2021 ficaram registrados apenas Restos a Pagar Processados no valor de R\$ 34.610,50.

Anexo 13 da Lei nº 4.320/64 - Balanço Financeiro

Em 2021 do total de R\$ 222.076.687,51 disponível em conta bancária, ressalta-se que o valor de R\$ 7.484.602,61 está depositado em conta bancária distinta para uso nas despesas administrativas do Instituto e R\$ 211.548.065,65 é o saldo constituído com finalidade exclusiva de pagamento de aposentadorias e pensões.

Importante ressaltar que o Instituto possui aplicações em compra direta de Títulos do Tesouro Nacional, representando um montante de R\$ 32.201.099,21 (vencimentos em 2026 e 2035) sendo títulos temporários para negociação, ou seja, com Marcação à Mercado.

O PREVIJUÍ mantém suas aplicações conforme está previsto na sua Política de Investimentos e Resolução Conselho Monetário Nacional 3.922/2010 e alterações. Porém, em novembro/2021 com a liquidação do Fundo Austro Institucional PIFE houve entrega ao PREVIJUÍ de Ações Banrisul com objetivo de tentar minimizar a perda do RPPS com a venda de ações em momento inoportuno. Dessa forma, o PREVIJUÍ mantém em 31/12/2021 um valor de R\$ 554.338,04 em Ações Ordinárias e Preferenciais Banrisul atualizado conforme extrato emitido pelo Banrisul Corretora. Permanecendo no Fundo Austro Institucional PIFE saldo contábil de R\$ 73.664,90 ao qual a Administradora do Fundo não apresentou até o momento extrato de liquidação tão pouco devolução de saldo, embora inúmeras tentativas solicitando retorno.

Com a alteração de regras do Novo Comprev, houve pagamento em duplicidade (equivocadamente) da competência Janeiro/2019 no valor de R\$ 14.365,42 o qual foi solicitado ressarcimento na Receita Federal e está em andamento através do Processo nº 13062.720065/2020-44, como parecer favorável da Receita Federal para ressarcimento ao RPPS.

Anexo 14 da Lei nº 4.320/64 - Balanço Patrimonial

Disponível

O ativo disponível encontra-se exclusivamente depositado em contas bancárias, sendo em 31/12/2021:

Conta Movimento	R\$ 8.644,36
Conta Aplicação:	R\$ 222.076.687,51
Aplicado em Segmento de Renda Fixa	R\$ 211.548.065,65
Aplicado em Segmento de Renda Variável	R\$ 9.974.283,82
Em enquadramento – Ações Bannisul	R\$ 554.338,04
Total	R\$ 222.085.331,87

Obs: As Ações Bannisul (ordinárias e preferenciais) foram recebidas após liquidação do Fundo Austro Institucional PIFE sendo seu saldo Financeiro R\$ 554.287,02, porém no mês de Dezembro/2021 houve valorização/desvalorização das ações em que seu resultado final gerou R\$ 51,02 de valorização contabilizadas em atributo Permanente no Ativo.

Créditos a receber

Findo o exercício o Instituto permaneceu com valores a receber no valor de R\$ 4.369.774,68 sendo:

- do INSS - R\$ 130.349,26 referente a compensação previdenciária competência Novembro e Dezembro/2021;
- Município de Ijuí – Executivo e DEMEI - R\$ 4.224.030,91 referente à contribuição patronal e do servidor ativo das competências Dezembro de 13º Salário/2021.
- Município de Boa Vista do Cadeado – servidora cedida – R\$ 1.029,09 referente contribuições patronais e servidor da competência 13º salário/2021.

Os valores acima citados permitem repasse no mês subsequente a sua competência conforme previsto em legislação específica.

- Receita Federal – R\$ 14.365,42 referente compensação previdenciária paga em duplicidade, com parecer favorável de devolução da Receita Federal encaminhado ao Departamento de Compensação Previdenciária conforme Ofício nº 655/2021/DEVAT10-VR/RS de 17/12/2021.

Estoques

O valor em estoque de R\$ 7.022,78 são mensurados pelo preço médio ponderado de compras e refere-se exclusivamente ao almoxarifado de material de consumo, inventariados em 30/12/2021.

Ativo Não Circulante

No ativo não circulante está registrado exclusivamente os bens patrimoniais do PREVIJUÍ, sendo que em 2021 houve apenas a aquisição de quatro bens permanentes sendo ele

incorporado no patrimônio. As depreciações e inventário geral foram executados conforme padrão adotado, sem alterações.

Valores a pagar

Dos valores pendentes de pagamento para o exercício seguinte ficaram:

- Taxa de custódia - CEF – valor de R\$ 2.695,16 sendo que o pagamento é feito através de débito bancário em data do mês subsequente;
- Conta de telefone – valor de R\$ 39,99 sendo que a conta não chegou a tempo hábil para pagamento dentro do exercício;
- Conta monitoramento eletrônico – valor de R\$ 760,92 fatura emitida com data posterior ao encerramento do exercício;
- COMPREV – competência Novembro e Dezembro/2020 no valor de R\$ 31.114,43, que terá nova data de vencimento ficando a compensação para 5º dia útil do segundo mês de subsequente conforme consta no Ofício Circular SEI nº 4114/2020/ME de 18/11/2020.
- Consignação BERGS e ISS retido em NF – retenção empréstimos consignado na folha dezembro/2021 e ISS retido no valor de R\$ 155.742,29 com pagamento previsto em data do mês subsequente.

Provisões

As provisões de 1/3 de férias e 13º salário estão sendo constituídas pelo Instituto. Restando no final do exercício um saldo de R\$ 27.846,07 na provisão de férias, sendo que o valor da provisão do 13º Salário foi revertido na data do seu pagamento 15/12/2021.

Passivo Não-Circulante

No Passivo Não Circulante está registrado as Provisões Matemática Previdenciárias Atuariais apuradas anualmente através do Cálculo Actuarial.

O registro contábil das Provisões Matemáticas Previdenciárias com dados do exercício 2020 foi atualizado na data focal em 31/12/2021 foi realizado conforme prevê a Portaria Nº 464, de 19 de novembro de 2019 mais especificadamente no seu Art. 3º, fornecidos pela Athena Actuarial, empresa contratada pra realização da avaliação actuarial.

Patrimônio líquido

O Patrimônio Líquido no valor de R\$ 4.598.147,30 fechou com resultado positivo no exercício de 2021.

Anexo 15 da Lei nº 4.320/64 - Demonstrações das Variações Patrimoniais

As provisões de 1/3 de férias e 13º salário estão sendo constituídas pelo Instituto. Restando no final do exercício um saldo de R\$ 27.846,07 na provisão de férias, sendo que o valor da provisão do 13º Salário foi revertido na data do seu pagamento 15/12/2021.

Anexo 18 da Lei nº 4.320/64 – Demonstração do Fluxo de Caixa

A DFC foi elaborada pelo método direto e evidencia as movimentações ocorridas na conta Equivalentes de Caixa, segregados nos fluxos das operações, dos investimentos. O resultado final corresponde à diferença entre os saldos iniciais e finais de Equivalentes de Caixa.

Ijuí, 25 de fevereiro de 2021.

Régis Alex Mattioni
Diretor Presidente

Paulo Roberto Meotti
Diretor Adm.-Financeiro

Adriana Karlinski
Contadora